

A teoria da argumentação na língua e sua relação com Platão, Saussure e Benveniste: breve discussão epistemológica

*The Theory of Argumentation within Language and its
relation to Plato, Saussure and Benveniste*

Cristiane Dall’Cortivo-Lebler *

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Resumo: A Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombre e Marion Carel experimentou, ao longo de seu desenvolvimento, diferentes fases e formas, através das quais seus autores buscaram constantemente um alinhamento entre aquilo que seu principal desenvolvedor, Oswald Ducrot, denominou *hipóteses externas e hipóteses internas*. O presente trabalho discute a presença de Teorias Linguísticas e da Filosofia na obra de Ducrot, através de conceitos de Platão, Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste, que constituem suas hipóteses externas. Tal presença culminou na criação de diferentes conceitos que compõem a Semântica Linguística, bem como lhe conferiram um olhar específico sobre a linguagem, que valoriza as relações da língua com a própria língua, bem como entende que a fala é fruto da atividade linguística de um eu que fala para um tu.

Palavras-chave: Estruturalismo. Enunciação. Alteridade. Argumentação na Língua.

* Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora Adjunta do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística na mesma instituição; crisdallcortivo@yahoo.com.br

Abstract: The Theory of Argumentation within Language, developed by Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombre and Marion Carel, has experienced along its development different phases and forms, constantly seeking to align to what its main developer, Oswald Ducrot, called *external hypotheses* and *internal hypotheses*. This paper discusses the presence of Linguistic Theories and Philosophy in Ducrot's work regarding concepts of Plato, Ferdinand de Saussure and Émile Benveniste, which constitute its external assumptions. The presence of these concepts culminated in the creation of different concepts that comprise the Linguistic Semantics, and gave it a specific point of view about language that emphasizes the internal relationships among language components and understands that speech is the result of a linguistic activity where an "I" speaks to a "you".

Keywords: Structuralism. Enunciation. Alterity. Argumentation within Language.

1 INTRODUÇÃO¹

A Teoria da Argumentação na Língua (ANL), desenvolvida inicialmente por Oswald Ducrot, com colaboração de Jean-Claude Anscombre, e posteriormente com colaboração de Marion Carel, tem seu início datado pela publicação, por Oswald Ducrot, da obra *Escalas argumentativas* em meados dos anos 70 (Ducrot, 1999). No entanto, essa teoria constitui-se num conjunto de reflexões amadurecidas pelo autor que, filósofo e matemático, abraçou a ciência linguística no início de sua carreira, primeiramente ao entrar em contato com o estruturalismo, por ocasião de um curso preparatório para a École des Hautes Études Commerciales de Paris (HEC) e, posteriormente, ao ser admitido no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) para uma tese em história da filosofia. Foi nesse momento que teve a oportunidade de conhecer a filosofia da linguagem, introduzindo-a, nos anos 70, na França, sendo esta o motor para o desenvolvimento de seu trabalho em semântica (Dosse, 2007b, p. 72).

As pesquisas em semântica linguística surgiram como uma mudança do estudo semântico das línguas da perspectiva paradigmática para a perspectiva

¹ Este trabalho é parte da tese de doutorado defendida pela autora no ano de 2013. Agradecimentos especiais às professoras doutoras Leci Borges Barbisan (PUCRS), orientadora, e Marion Carel (EHESS), orientadora no período de doutorado-sanduiche realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

sintagmática. Na década de 50, os trabalhos envolvendo o sentido concentravam-se na análise das palavras isoladas, limitando-se ao estudo dos “radicais” ou “bases”, ficando a definição dos elementos ditos “gramaticais” restrita ao domínio dos gramáticos. Com o passar do tempo, tornou-se evidente que o estudo do sentido deveria levar em consideração elementos mais vastos que uma palavra, e passou-se a observar as relações entre palavras vizinhas, sem sair, contudo, do domínio paradigmático, no qual a significação seria fruto da observação de elementos em diferentes contextos, estando muito próxima do sentido literal. (Ducrot, 1987a).

A Teoria da Argumentação na Língua se coloca nesse cenário como uma alternativa ao estudo do sentido, segundo a qual uma semântica paradigmática não poderia dispensar uma semântica sintagmática, não mais considerando a palavra isolada, no domínio paradigmático, nem o sentido literal, mas caracterizando-se, principalmente, por considerar como primordial a relação entre as palavras e os enunciados no discurso, bem como por fundamentar-se numa concepção argumentativa de linguagem.

Inspirados no filósofo Pierre Duhem, para quem *os fatos de hoje são as teorias de ontem* (Ducrot, 1980a), e em Saussure, que afirma a precedência do ponto de vista em relação ao objeto, Oswald Ducrot e seus colaboradores buscaram os fundamentos para a Teoria da Argumentação na Língua em alguns autores como Platão, Ferdinand de Saussure, Charles Bally, Gérard Gennete, Louis Hjelmeslef, John Langshaw Austin e Émile Benveniste. A esses fundamentos, Ducrot (1980a) denomina *hipóteses externas*, que consistem nas bases a partir das quais a ANL estrutura-se, e cria suas *hipóteses internas*, ou seja, os conceitos que a constituem.

A busca constante por um alinhamento entre aquilo que o autor qualifica como *hipóteses externas* e o que constitui as *hipóteses internas* fizeram com que a ANL assumisse diferentes formas ao longo de seu desenvolvimento, culminando na Teoria dos Blocos Semânticos, terceiro e atual momento.

Foi motivado pela busca desse alinhamento que os pressupostos da Pragmática – como os atos de fala, os quais Ducrot (1980a) utiliza em sua teoria da polifonia² – foram abandonados, especialmente por dois motivos: o primeiro deles, e estreitamente relacionado com a Teoria Polifônica da Enunciação, foi deixado de lado pelo fato de Ducrot considerar o sujeito falante um conceito plural e mais complexo que aquele definido pela Pragmática. O segundo motivo

2 Ducrot (1980a) apresenta um trabalho inicial sobre sua Teoria da Polifonia, que viria a desenvolver de maneira mais consistente em Ducrot (1987b). No esboço apresentado em *Les mots du discours*, o autor coloca os *enunciadores* como as “origens” dos atos ilocutórios, estes, por sua vez, dirigidos a *destinatários*. Tanto o conceito de enunciador como o de destinatário foram abolidos do modelo atual de concepção da Teoria da Argumentação Polifônica.

do abandono deu-se em razão de a Pragmática acreditar que a linguagem poderia oferecer uma solução satisfatória para os problemas filosóficos, e encontrar conceitos razoáveis para a descrição da linguagem comum, o que Ducrot, em entrevista a François Dosse (2007b, p. 74), rebate dizendo “não vislumbro como a linguagem seria a melhor metalinguagem para sua própria descrição”.

A busca por tal alinhamento, mais tarde, em 1992, fez com que a Teoria dos *Topoi* fosse contestada pela tese de doutorado de Marion Carel, desenvolvida sob orientação de Oswald Ducrot. A Teoria dos *Topoi* consistia na segunda fase da ANL, que já tinha como princípio a explicação do sentido da língua com base em encadeamentos argumentativos, que seriam a realização discursiva daquilo que habitualmente se chama “argumentações”, ou seja, a relação entre um argumento e uma conclusão. Um segundo elemento adicionado à composição da ANL, que a transformaria na Teoria dos *Topoi*, veio da retórica aristotélica, o *topos*, “lugar comum” ou “princípio geral”, que permitiria e justificaria a passagem do argumento para a conclusão. A união da proposta inicial da ANL com o *topos* argumentativo deu origem à descrição das frases da língua pelos *topoi* evocados quando da sua utilização no discurso, ou, mais precisamente, “uma frase seria descrita pelo feixe de *topoi*, considerados como representando seu potencial argumentativo” (Ducrot, 1999, p. 5).

Nesse ponto, dois problemas que colocavam em risco o viés saussuriano da ANL foram apontados: o primeiro deles tinha relação com a constituição do encadeamento argumentativo. Admitindo que este fosse constituído por um argumento e uma conclusão, aceitar-se-ia que ambos seriam independentes, que o primeiro conduziria para o segundo, contrariando o primado da relação, segundo o qual um termo só pode ser definido após estabelecido com quais outros termos ele se relaciona, ambos de mesma natureza. O segundo problema elencado diz respeito ao princípio saussuriano que afirma a imanência da língua, de que esta somente poderia ser descrita tomando como parâmetro elementos da ordem linguística. Ora, ao admitir que houvesse um “princípio geral” ou “lugar comum” argumentativo, que serviria de garantia para a passagem do argumento para a conclusão, os autores (Anscombre e Ducrot) acabaram por introduzir na descrição das frases um elemento estranho a sua ordem, de natureza “mundana”.

Ao encontro da substituição da Teoria dos *Topoi*, foi elaborada por Carel (1992), e desenvolvida juntamente com Ducrot, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Segundo esses autores, a TBS consiste numa aplicação de alguns conceitos saussurianos ao discurso e, até mesmo, numa “radicalização” da concepção saussuriana da linguagem, uma vez que a busca pela explicação do sentido da linguagem passou a fundamentar-se, cada vez mais, nas relações da língua com a própria língua.

O que veremos nas próximas páginas é que, embora a ANL tenha assumido diferentes formas ao longo de seu desenvolvimento, os aspectos relativos às *hipóteses externas*, cruciais para a criação do modelo teórico, não mudaram. Esses aspectos são os responsáveis pela delimitação do objeto pelo qual se interessa a teoria, e pelo modo através do qual esse objeto será estudado.

Tendo em vista o caminho assim percorrido pela ANL, desde seu fundamento até os dias atuais, nosso objetivo, neste artigo, é trazer conceitos criados por alguns dos autores, inspiradores do trabalho de Ducrot e seus colaboradores, especificamente Platão, Saussure e Benveniste, e discutir o modo como, entrelaçados, transfigurados ou ressignificados, esses conceitos constituem as bases sobre as quais se assenta a ANL ao longo de seu desenvolvimento.

2 O MECANISMO DA ANL

Para Ducrot (1980a, 1987a), uma pesquisa que se pretende “científica” deve obedecer a duas etapas sucessivas: a primeira delas, a etapa empírica, consiste em observar os fenômenos que pretende explicar e que se produzem na natureza de modo independente do seu observador. Um segundo momento caracteriza-se pela construção de uma “máquina” capaz de reproduzir ou simular tais fenômenos, outrora observados. Partindo da observação de fatos **F**, produzidos de modo natural por um mecanismo também natural **M**, esses devem ser reproduzidos pelo mecanismo artificial **M'** (que apresenta propriedades comuns a **M**), resultando, dessa forma, em fatos produzidos artificialmente, denominados **F'**.

No caso particular das ciências da linguagem, a representação linguística **F'** construída a partir de **F** por meio de **M'** se caracteriza por um conjunto de fórmulas de uma linguagem artificial, ou seja, de abstrações. Ducrot (1980a, p. 19) define o modelo teórico **M'** como “um corpo de hipóteses expressas por uma linguagem artificial”. Sua conclusão é que se pode considerar **M'** eficaz caso tenha sido capaz de simular **F'** de maneira análoga à qual o mecanismo natural **M** produz **F**; **M'** deve ser capaz, da mesma forma, de reproduzir artificialmente outros fenômenos de mesma natureza de **F**, como **G**, **H** e **I**, resultando nas descrições **G'**, **H'**, **I'**. Tais fatos **F**, **G**, **H**, **I**, no caso da ANL, são discursos dotados de sentido, criados ou reais, estabelecidos a partir de/em determinada situação discursiva, e que recebem do linguista certa interpretação. “Explicar esses fatos é procurar qual é o mecanismo **M** responsável por essa interpretação, considerada, do ponto de vista linguístico, como parte do dado” (Ducrot, 1980a, p. 20)³ (tradução nossa).

3 «Expliquer ces faits, c'est chercher quel est le mécanisme M responsable de cette interprétation, interprétation considérée, du point de vue linguistique, comme partie du donné. (Ducrot, 1980, p. 20).

Assim, o objetivo da criação do mecanismo é fornecer hipóteses sobre o processo que subjaz e comanda a produção do fenômeno. Tais hipóteses são de dois tipos: as *hipóteses externas* (HE), que comandam a fase de observação, e as *hipóteses internas* (HI), relativas à própria construção da máquina. A primeira hipótese externa da ANL, a saussuriana, justifica-se por possibilitar um tipo de análise intralinguística, já que o conjunto de fatos que formam o objeto de estudo da ANL está constituído pela linguagem em uso, e esse estudo da linguagem, segundo os pressupostos saussurianos, só é possível por meio dela mesma. A segunda hipótese externa da ANL é a orientação dada pelas teorias enunciativas, que se justifica pelo fato de Ducrot considerar os dados como fruto de uma enunciação, o que significa a presença de um locutor que transformou a língua em fala. “De um lado, a semântica linguística deve ser estrutural, e de outro, o que fundamenta o Estruturalismo em termos de significação deve levar em conta a Enunciação” (Ducrot, 1987a, p. 67). Neste artigo, nos deteremos na discussão da relação entre as hipóteses externas, trazendo as hipóteses internas – conceitos da ANL – para discutir o modo como as HE foram incorporadas às HI.

3 OS FUNDAMENTOS DA ANL: SAUSSURE E A SUA TEORIA SEMIOLÓGICA DO SISTEMA LINGUÍSTICO

É comum os trabalhos que se dizem seguidores da vertente saussuriana do estudo da linguagem denominarem a si mesmos como “estruturalistas” e darem o mesmo rótulo ao trabalho desenvolvido por Ferdinand de Saussure. No entanto, é de conhecimento que Saussure não empregou tal denominação em seus cursos ministrados na universidade de Genebra, e que o termo usado por ele sempre foi “sistema”. O primeiro a usar o termo “estrutura” foi Jakobson, tendo sido seguido por outros autores em diferentes campos da ciência: encontra-se a mesma designação nos trabalhos de Merleau-Ponty, na filosofia; nos trabalhos sobre antropologia desenvolvidos por Lévi-Strauss; nos estudos literários realizados por Roland Barthes, além da tradicional psicanálise lacaniana (Dosse, 2007a).

Nesse sentido, o estruturalismo constitui-se num conjunto de princípios norteadores das pesquisas nos mais variados campos da ciência, tendo seu início marcado pelo modo como Saussure conduziu suas pesquisas em linguística, e sendo derivado daí para os demais campos, como “uma concepção de arte como estrutura que escapa à imitação do real” (Dosse, 2007a, p. 83). É o estruturalismo, tomado como princípio que transforma os sistemas em auto-organizados e autorregulados, que caracteriza a fuga à imitação do real e confere uma nova

perspectiva aos estudos linguísticos, pelos quais os mecanismos do “sistema” são todos eles definidos pelas suas relações, sem recurso àquilo que é extralinguístico⁴.

Segundo estudiosos do trabalho saussuriano sobre a linguagem (Pétroff, 2004; Ducrot, 2006; Badir, 2001; Culler, 1979; Bouquet, 2000, Benveniste, 1962/2005b), há uma prevalência do sistema sobre os elementos que o compõem. Nesse sentido, a análise deve partir do todo – sistema/língua – e das relações entre os seus componentes, para que, por fim, se possa definir cada unidade que faz parte do sistema, o signo. Nas palavras de Benveniste, “O elo que se estabelece entre as coisas pré-existe, nesse domínio, às próprias coisas, e serve para determiná-las” (Benveniste, 1963/2005c, p. 44).

A presença do caráter sistemático enrobustecido pela noção de *valor* que Saussure atribuiu à caracterização da língua é flagrante nas pesquisas em semântica linguística, além da presença de outros conceitos específicos como *língua*, *fala*, *relação*. O próprio Ducrot admite a presença de Saussure nos seus trabalhos, ainda que em alguns momentos reconheça que muitas das afirmações que faz possam ser caracterizadas como antissaussurianas. Para ele, o princípio que lhe foi mais útil é a oposição *língua*, vista como um construto teórico, e *fala*, entendida como um conjunto de dados observáveis, além da ideia de que na língua só existem *relações*. Segundo ele,

uma investigação não pode pretender ter um caráter científico, ou ainda simplesmente sério, se não precisa primeiramente qual é seu observável, quais são seus dados, e se não distingue claramente suas construções teóricas de suas observações empíricas. (Ducrot, 1990, p. 182-183) (tradução nossa)⁵

O modelo de pesquisa saussuriano centrado na definição do objeto, do observável e do construto teórico é percebido no desenvolvimento da ANL por meio da definição das HEs, da delimitação dos fatos observados e tomados para estudo, bem como da construção do modelo teórico de investigação.

⁴ “A língua é um sistema que só conhece sua própria ordem.” (Benveniste, 1962/2005b, p. 98).

⁵ “A mi juicio una investigación no puede pretender tener carácter científico, o aun simplemente serio, si no precisa primero cuál es su observable, cuáles son sus datos, y si no distingue claramente sus construcciones teóricas de sus observaciones empíricas.” (Ducrot, 1990, p. 182-3)

3.1 O objeto – língua e fala: opostos ou mutuamente constituídos?

Para Saussure, a definição do objeto em linguística apresenta-se como um problema inicial, pois a linguagem se oferece ao linguista de diferentes modos, permitindo-lhe inúmeras abordagens. A partir disso, Saussure (ou os organizadores do CLG – Bally e Sechehaye, 1916/2005) afirma(m):

muito antes de o objeto preceder ao ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto, e além disso nada nos diz de antemão que uma das maneiras de considerar o fato em questão [os diferentes aspectos elencados pelo linguista para estudo da linguagem] é anterior ou superior às demais. (CLG, 1916/2005, p. 23) (tradução nossa)⁶.

Além de Saussure (1916/2005), cuja preocupação em definir o objeto da Ciência Linguística já foi mencionada, e Ducrot, que aborda a questão caracterizando-a nos dois estágios do desenvolvimento de uma pesquisa científica, Benveniste também já havia se posicionado a respeito do método, da definição e recorte do objeto em linguística. Benveniste compartilha da ideia saussuriana da prevalência do ponto de vista sobre o objeto, e afirma que há uma opção preliminar (teórica) que determina a natureza do método e a posição ocupada pelo objeto (Benveniste, 1954/2005a). Para ele, a definição do que é o objeto da ciência da linguagem se apresenta cada vez mais de maneira complexa, visto que a língua é descoberta também como um complexo de propriedades cujo método é preciso determinar em razão do que se pretende dizer a seu respeito. Logo, a formulação do método é um problema que acompanha a definição do objeto: um e outro se apresentam enlaçados na pesquisa linguística, pois o resultado depende, inevitavelmente, do adequado tratamento dos dados.

Em Semântica Linguística, a problemática relação dado-método utilizada é encontrada quando tomamos para análise os dados. Ainda em desenvolvimento, a ANL concentra-se no estudo de enunciados, ou da relação entre dois enunciados, ainda não tendo se dedicado com demora à análise de porções maiores de discurso. Em um discurso aparecem aspectos mais complexos da atividade de fala, como os elementos enunciativos, a delimitação dos enunciados, e, principalmente, aquilo que faz de um discurso um todo significativo: o

⁶ «Bien loin que l'objet précède un point de vue, on dirait que c'est le point de vue qui crée l'objet, et d'ailleurs rien ne nous dit d'avance que l'une de ces manières de considérer le fait en question soit antérieure ou supérieure aux autres.» (CLG, 1916/2005, p. 23).

imbricamento de seus diferentes níveis de estrutura, como aspectos coesivos e gramaticais, a relação entre palavras, entre enunciados e parágrafos, discursos sempre considerados como um complexo de relações entre pessoas discursivas (locutores, enunciadore, interlocutores) que lhe constituem o sentido tanto quanto a linguagem verbal empregada.

Tais intercorrências decorrentes do uso da língua estão no centro da delimitação do objeto de estudo que Saussure deu à linguística: a opção preliminar saussuriana pelo estudo da língua visa exatamente a evitar as dificuldades mencionadas acima, implicadas pela complexa atividade linguística do sujeito falante. A definição do objeto – fenômenos ou aspectos sobre os quais o linguista deve centrar seu estudo – é problemática tendo em vista a natureza da linguagem: sendo ela um todo de múltiplas facetas (um aglomerado de ideias heteróclitas, nas palavras de Saussure), escolher qual lado e a qual problema se dedicará o teórico é uma questão de difícil precisão. É nesse sentido que Saussure escolhe tomar como objeto de estudo a *língua*, em detrimento da *fala*. Para ele, *língua* e *fala* têm as seguintes características (Saussure, 1916/2005; Ducrot; Shaeffer, 1995):

- a língua é um produto social da faculdade da linguagem, o que significa que é exterior ao homem; estar no domínio social significa ser compartilhada, dessa forma, está o homem impedido de atuar sobre ela e modificá-la. Ela existe como uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade, um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social, que permite o exercício dessa faculdade nos indivíduos, o que autoriza a descrição por meio de regras relativamente estáveis e fixas. A língua é passiva, toda a atividade ligada à linguagem pertence à fala, caracterizada como individual;
- de natureza homogênea, a língua é um todo em si e um princípio passível de classificação, composto por um sistema de signos que têm em comum a união, através de um laço arbitrário, entre um significado (conceito) e um significante (imagem acústica); a língua é forma, não substância; a fala é a utilização, o colocar em funcionamento o código linguístico pelos sujeitos falantes;
- a língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. No tocante à fala, outros aspectos encontram-se imbricados, como elementos de natureza psicológica, individual, social que lhe conferem instabilidade, em oposição à estabilidade dos signos, reproduzidos pelos falantes não de maneira idêntica, mas geralmente muito próxima.

Tendo em vista tais atributos da língua e da fala, a definição, por Saussure, da língua como objeto da Linguística se justifica, pois o objetivo é ter um objeto homogêneo, estável, que constitua um todo em si, com uma inteligibilidade

intrínseca que comporte um princípio de classificação, que explique o dado empírico. É importante ressaltar que o linguista genebrino não nega a possibilidade de se estudar a fala, e destaca que a separação que opera entre língua e fala para determinar o objeto da Linguística é apenas de natureza metodológica. Segundo ele, a língua é essencial para o exercício da fala, no entanto, esta é indispensável para o estabelecimento daquela e, historicamente, a fala sempre vem antes da língua (CLG, 1916/2006, p. 27). Para se chegar ao construto teórico, é preciso partir do dado, que é a fala, sendo a língua aquilo que possibilita a fala, ela é a revelação do mecanismo escondido que produz de modo natural o fato observado. O que motivou Saussure a excluir a fala do objeto da Linguística são suas características, em especial pelo fato de suas manifestações serem *individuais e momentâneas*.

As teorias enunciativas, e aqui nos referimos tanto a Émile Benveniste, como a Oswald Ducrot, apagam a oposição que Saussure teria impresso à *língua* e à *fala*, tomando como objeto de estudo justamente o uso da língua: Benveniste com relação ao processo enunciativo; Ducrot com relação ao produto da enunciação. Não é surpreendente que a presença de Saussure seja encontrada em ambos os teóricos mencionados, e que a presença da enunciação seja flagrante na teoria semântica de Ducrot. Tal apagamento da oposição língua/fala na ANL encontra embasamento em Saussure (2002), cujos escritos trazem uma *Nota sobre o discurso*, na qual ele reconhece que

a língua não é criada senão em vista do discurso(...). O discurso consiste (...) em afirmar um laço entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma linguística, enquanto a língua não faz senão realizar conceitos isolados, que esperam ser colocados em relação entre si para que haja significação de pensamento. (Saussure, 2002, p. 277)⁷ (tradução nossa).

Se, por um lado, rios de tinta correram em direção a uma crítica à postura adotada por Saussure na escolha do objeto das pesquisas em Linguística (opção mal interpretada, seja pelos organizadores do *Cours* ou até mesmo pelos seus leitores), por outro lado, com a descoberta de seus *Escritos*, tornou-se claro que tal afirmação não deveria ser levada a seus extremos, e que a linguística da língua nunca dispensou a linguística da fala.

7 «La langue n'est créée qu'en vue du discours (...). Le discours consiste (...) à affirmer un lien entre deux des concepts qui se présentent revêtus de la forme linguistique, pendant que la langue ne fait préalablement que réaliser des concepts isolés, qui attendent d'être mise en rapport entre eux pour qu'il y ait signification de pensée.» (Saussure, 2002, p. 277).

Ducrot (1980a, 1987a) engaja-se no posicionamento que sustenta a ligação entre língua e fala ao definir que *os sujeitos falantes de uma língua são capazes de atribuir sentido aos enunciados produzidos diante deles*, e que os fatos que observa são *como os falantes de uma língua interpretam as frases dessa língua em seu uso*. Tomados os termos *frase* e *enunciado* em suas acepções teóricas, aquela como construto teórico, e este como realização das frases da língua, ou o que seria a fala para Saussure, Ducrot tem como objetivo partir do dado, ou seja, da atribuição de sentido aos enunciados pelos falantes de uma língua para construir o mecanismo que explicará como o fato acontece, cujo movimento analítico acontece do dado para o teórico. No entanto, Ducrot não se limita a construir conceitos que visem a representar o uso da língua. Esses conceitos criados a partir da observação dos fatos são utilizados no movimento em sentido contrário, aplicados novamente ao dado para, desta vez, explicá-lo.

Tal postura é revelada no primeiro capítulo da obra *Les mots du discours* (1980a), no qual o autor discute a relação entre a Linguística e a análise de textos. Ducrot considera a análise de textos e a Linguística como uma via de duas mãos indissociáveis, na medida em que a Linguística é uma fonte de hipóteses que ajuda a refazer o percurso delineado pelo locutor (produtor do discurso enquanto ser de fala), desvendando as estratégias impostas por este ao seu destinatário para a interpretação do seu discurso: “a linguística que pode servir para a análise de textos é somente uma linguística que se serve da análise de textos” (Ducrot, 1980a, p. 7) (tradução nossa)⁸. Assim, a análise de textos ajuda a explicar a língua, e a linguística ajuda a explicar o uso da língua, uma vez que fornece as ferramentas para sua descrição, explicação e compreensão.

Ducrot (1992) retoma a oposição encontrada em Saussure entre *objeto real* e *objeto do conhecimento*: aquele caracterizado como a *matéria*, encontrada a partir da observação, e este caracterizado como o objeto construído para dar conta de tal matéria. Para Ducrot, o construto teórico língua, definido como um conjunto de frases – equivalente ao sistema de signos saussuriano – tem por função prever e explicar o sentido dos enunciados produzidos pelos locutores falantes dessa língua. A noção de valor, apontada por Saussure como constitutiva dos termos que compõem o sistema, aparece, na ANL, ligada ao uso da língua. O sentido que se pretende explicar visa sempre às relações que um termo tem com outro de mesma natureza, o que coloca as relações sintagmáticas no centro da descrição e explicação que pretende desenvolver, pois os enunciados, ou até

⁸ «La linguistique qui peut servir l'analyse des textes, c'est seulement une linguistique qui se sert de l'analyse de textes.» (Ducrot, 1980a, p. 7)

mesmo as palavras, nunca são analisadas de modo isolado, mas, como já afirmamos, sempre observando suas relações.

Vejamos, na próxima seção, a importância e a relação entre o conceito saussuriano de valor e o modelo teórico da Teoria da Argumentação na Língua.

3.2 O valor e a relação

Para Saussure, a língua constitui-se num sistema de signos onde todos os seus termos são solidários, no qual o valor de um signo é resultante da presença concomitante dos demais. Desse modo, define o autor, o valor de qualquer termo é determinado por aquilo que o rodeia (Saussure, 2005, p. 162).

Sendo o valor algo que emana do sistema, após serem analisadas as associações possíveis em um sistema de valores é que podemos chegar aos seus termos componentes e definir a associação entre significante e significado, no caso do sistema linguístico. O valor, portanto, constitutivo do signo, é o resultado do cruzamento dos dois eixos, sintagmático e paradigmático, bem como da relação arbitrária entre seus constituintes, o significante e o significado. O valor de um signo, para Saussure definido como um elemento da significação que com ele se confunde apesar de dele depender, é aproximado do seu significado por alguns autores como Pétróff (2004). Também Benveniste aborda o assunto em um de seus artigos, afirmando que “quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem” (1963/2005c, p. 45).

A noção de valor, portanto, mostra a prevalência do sistema sobre o signo, e que a união entre o significante e o significado não é nada que se possa determinar antes de analisar suas relações com os demais signos, que são seus limitadores no horizonte do sentido. Tomar a união do significante e significado como primeira em relação ao todo ao qual pertence implicaria duas contradições: a primeira seria declarar o signo como anterior ao sistema e, com isso, atribuir-lhe um caráter independente e uma existência própria; seria admitir que o sistema resulta do signo em lugar de criá-lo. A segunda contradição é que a própria noção de sistema seria desfeita, pois o sistema é caracterizado como aquilo que regula, organiza, define e engendra seus elementos constitutivos por meio das relações entre os dois eixos paradigmático e sintagmático. Para Benveniste (1963/2005e, p. 23), “as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, umas em relação às outras. Não têm valor a não ser como elementos de uma estrutura”.

A noção de *valor* é o que existe de mais instigante na obra de Saussure. É possível encontrar inúmeros trabalhos que se dedicam especialmente a esse

conceito e à sua importância para a determinação não só do que é o sistema da língua segundo esta concepção teórica, mas também como inspirador de muitos outros trabalhos, resultando num elemento primordial para quem deseja realizar uma descrição linguística a partir de bases saussurianas, como é o caso da ANL.

No entanto, a ideia de que as coisas se constituem a partir das suas relações mútuas é muito mais antiga do que se possa imaginar. Ela é encontrada em Platão, em especial na sua obra *O Sofista* (aspecto que abordaremos neste artigo na próxima seção). Um dos aspectos da originalidade da teoria saussuriana do sistema linguístico assenta-se sobre isso: tomar da filosofia o conceito de alteridade e trazê-lo para um campo com investigações ainda em processo de formação, que seguia uma tradição filológica e gramatical, com foco na diacronia e na comparação entre as línguas. O corte sincrônico proposto por Saussure toma a língua num estado atemporal, no sentido de que o que importa não são exatamente os processos que transformaram a língua no que ela é, mas o que ela é em dado momento. A transposição do conceito de alteridade do campo da Filosofia para a Linguística tem como consequência a conceituação da língua como um sistema cujos termos estão em dependência dos demais para sua definição, a diferença pela oposição negativa, imanência da língua com relação a ela mesma, ou, como diria Saussure, uma “profunda originalidade da ordem linguística”, tal como se observa na conceituação platoniana dos *Gêneros Supremos*.

A noção de valor, que emana das relações do sistema, é o que está no centro da definição dos termos de modo geral, e também na definição do próprio termo, visto ser o signo fruto da relação arbitrária entre o significante e o significado. Os termos do sistema não se delimitam senão em relação aos seus pares, colocando aí a ideia de que a língua não é referencial, não é um espelho do mundo, uma nomenclatura ou a representação de ideias ou conceitos, mas o resultado de uma série de oposições de seus elementos, que se definem mutuamente pelas suas relações.

Esses aspectos são amplamente encontrados na ANL: para Ducrot (2006), o sentido não pode ser expresso senão por meio de palavras. Em entrevista a Heronides Moura (1998), Ducrot afirma:

retomo de Saussure esta ideia que você [Heronides] evocou, segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso. (Moura, 1998)

Incorporando esse traço saussuriano, Ducrot traz para sua teoria o encerramento da língua em si mesma, do mesmo modo que Saussure, por acreditar que ela não refere o universo que lhe é exterior; bem como se opõe ao cognitivismo lógico ou psicológico, pois as palavras não isolam ideias, conceitos ou pensamentos que lhes são associados, elas apenas evocam representações que lhe são constitutivas.

Ducrot (2006) retoma aquilo que denomina como *o paradoxo saussuriano do signo*, segundo o qual o signo, entidade “puramente relacional”, tem seu valor definido de duas maneiras: por um lado, é fruto do laço arbitrário que une significante e significado e decorrente da relação com os demais signos do sistema; por outro lado, o significado é a contraparte da imagem auditiva, e também é a contraparte dos outros signos da língua⁹. Na ANL, tais aspectos do valor linguístico aparecem nos conceitos de *interdependência semântica* e *argumentação interna* e *argumentação externa* ao léxico. A interdependência semântica é entendida como o valor decorrente da relação entre uma entidade linguística e outra, ambas colocadas em relação em um enunciado, como no exemplos *Pedro é feliz, casou-se com Maria* e *Pedro é feliz, arrumou um bom emprego*, nos quais o valor semântico de felicidade é decorrente da interdependência semântica ente os segmentos *ser feliz* e *ser casado com Maria*, bem como *ser feliz* e *ter um bom emprego*. Já as argumentações internas e externas ao léxico dizem respeito ao modo como relacionamos a determinado termo discursos que possam lhe ser constitutivos enquanto continuções ou enquanto internamente determinados. O autor usa amplamente, como exemplo, a argumentação externa do termo *prudente*, que prevê continuções a ele do tipo *Pedro foi prudente, logo não sofreu acidente*, e como argumentação interna do mesmo termo sentidos como *Havia perigo portanto Pedro tomou precauções*.

4 OS FUNDAMENTOS DA ANL: AS RELAÇÕES ENTRE PLATÃO, SAUSSURE E DUCROT

Preocupado em definir o que seriam os Sofistas – rotulados por muitos como os “charlatões” da Grécia antiga, cujas capacidades intelectuais versavam sobre os mais diferentes temas, sendo, por isso, acusados de não terem preocupação com a verdade e de usar muito mais da retórica do que do conhecimento para seus ensinamentos – Platão faz uma incursão em um universo de definições para essa classe no diálogo do Estrangeiro com o jovem Teeto, na obra *O Sofista*. É importante atentar, e os comentadores da obra platoniana do *Sofista* ressaltam

9 Célebre é a figura encontrada no Curso de Linguística Geral (Saussure, 1916/2005, p. 159), que ilustra tal teorização.

(Cordero, 1993; Chambry, 1969, Paviani, 2001) que o mote da obra não é propriamente a definição do que seriam o Sofista, o Político e o Filósofo, mas sim apresentar sua tese sobre o *não-ser*, em oposição à tese de Parmênides sobre o *ser*. A comparação entre esses três personagens é frutífera na medida em que, ao se caracterizar um, definem-se as características dos demais. É sob as dualidades *ser/parecer*, *original/cópia*, *verdadeiro/falso* que os três emergem e imergem na superfície da sua conceituação.

Não nos deteremos profundamente na questão implicada entre o *ser*¹⁰ parmenidiano e o *ser/não-ser* platoniano, pois nosso objetivo aqui é apenas um: mostrar como a noção de alteridade está presente nas teorias linguísticas que abordamos neste trabalho, por meio do conceito de *valor*. A questão, no entanto, é complexa, e não temos a pretensão de esgotá-la.

Para Parmênides, o *ser* é e não pode não ser, ou seja, ele nega a existência do *não-ser* (fazemos referência aqui ao segundo significado consagrado ao *ser* por Abbagnano (2000), o da existência). No entanto, esta definição do *ser* parmenidiano entra em contradição consigo mesma, pois afirmar o que quer que seja sobre o *não-ser*, mesmo que essa afirmação seja dizer que ele não existe, é admitir, paradoxalmente, sua existência. O *ser*, desse modo, é caracterizado como positivo, cuja negação é inconcebível, contrariamente à definição de Platão, que afirma que o *ser* não é, e lhe caracteriza pelo aspecto negativo. É esse segundo conceito de *ser* que encontraremos nas teorias linguísticas que abordamos neste trabalho, pelo qual as palavras se definem pelas suas oposições, e por aquilo que elas não são.

Para Platão, (Cordero, 1993, p. 39) o *ser* e o *não-ser* formam os dois lados de uma medalha, um não existe sem o outro, eles são reciprocamente constituídos. Noção semelhante é encontrada no CLG, quando da sua definição de signo como uma folha de papel, segundo a qual o verso e o anverso são formados pelo significante e pelo significado (CLG, 1916/2006, p. 131): tanto na dualidade *ser/não-ser* platoniana quanto na dualidade do signo *significante/significado* é impossível produzir um corte em que essas duas faces possam ser dissociadas, ao mesmo tempo que cortamos um, automaticamente o outro é recortado.

A dualidade dos lados pode ser também outra, a interior versus exterior, segundo a qual o lado interno é o que olha para dentro das coisas e o limitador

10 A noção de *Ser* é aqui entendida de duas formas, segundo as definições de Abbagnano (2000) do verbete *Ser*: Segundo o *significado predicativo*, *ser* é entendido *grosso modo* como quando se diz alguma coisa de algo, como por exemplo *O homem é bom*, segundo o qual predica-se a noção de bondade ao homem. O segundo significado é o *significado existencial*, pelo qual quando dizemos que algo “é”, estamos afirmando sua existência. Por exemplo, o enunciado *O homem é* afirma a existência do homem.

é o seu exterior, que contata com as demais coisas. Segundo Cordero (1993), o lado externo é denominado por Platão como “a região do outro”, fazendo aparecer a dualidade *ser/não-ser* na relação interno versus externo, sendo o interior aquilo que cada coisa é por oposição ao seu exterior, que, por sua vez representa tudo aquilo que cada coisa não é. Essas afirmações nos remetem para a noção de sistema saussuriano, segundo o qual o signo só é em relação aos demais, o seu interior é limitado pelo seu exterior, pelos demais elementos da língua, seu *valor* decorre da relação *interno/externo*. É isso que faz com que cada coisa seja algo idêntica a ela mesma, mas *diferente* das demais, que não seja somente o que ela é, mas que seja diferente das demais que evoca. Cordero (1993) expressa tais noções com precisão:

A região “exterior”, outra, diferente, é constituída, em relação a cada coisa, por tudo o que ela não é. Não se trata de uma classe vazia, nem de pura negação. Ela é, ao contrário, mais “povoada” que aquela da coisa a definir. Cada coisa é aquilo que ela é (...) mas não é todas as outras coisas, as quais o número é certamente infinito. Esse domínio, em relação a cada coisa, é o não-ser. (Cordero, 1993, p. 54), (tradução nossa).¹¹

A dualidade *ser/não-ser* é ela própria o limite do ser e o início do não-ser: não há a necessidade de afirmar que algo é se tudo é, se não existe uma oposição ou uma descontinuidade entre dois elementos. Se tudo é, o *ser* é um continuum que não tem seus limites definidos, ele é infinitamente e de modo absoluto. No entanto, a introdução do *não-ser* mostra-se como constitutiva do *ser*, e dizemos *constitutiva* pois ambos limitam seus horizontes reciprocamente, e ambos participam da natureza das coisas.

O ser, que escapa também à “coisificação”, torna-se verdadeira potencialidade, que leva as realidades a se misturar, e é graças a essa “mistura” que as coisas são. É nessa possibilidade de comunicação com outras realidades que cada coisa constitui sua essência: toda coisa é, de fato, a Mesma que ela mesma e diferente das outras;

11 «La région ‘extérieure’, autre, différent, est constitué, par rapport à chaque chose, par tout ce qu’elle n’est pas. Il ne s’agit pas d’une classe vide, ni d’un pur néant. Chaque chose est celle qu’elle est (...) mais n’est pas toutes les autres choses, dont le nombre est très certainement infini. Ce domaine, par rapport à chaque chose, est le non-être.» (Cordero, 1993, p. 54)

aí estão seus limites, isto é, sua essência (Cordero, 1993, p. 25) (tradução nossa)¹²

É graças à existência e à capacidade de se comunicar com as demais que as coisas apresentam um elo que as relaciona e que as tira do isolamento. A introdução do *não-ser* na essência de cada coisa permite que as demais participem da sua constituição, e que identidade e diferença transformem-se em princípios que circulem pela natureza de tudo o que existe. Platão toma como exemplo a imagem: a imagem é idêntica a ela mesma, no entanto, é diferente daquilo que copia, e ainda que seja o mesmo, é, também, outro. É dessa forma que o *não-ser* é aproximado da negação, e que esta, por último, se reduz à diferença. “Dizer que uma coisa não é é dizer que ela é diferente de outra.” (Cordero, 1993, p. 26) (tradução nossa)¹³

Ducrot, em seu trabalho sobre as escalas argumentativas (1980b)¹⁴, acrescenta que as oposições extremas estão entremeadas por graus, e a linguagem permite expressá-los de muitas maneiras¹⁵. A alteridade nos ensina, portanto, que, assim como na vida comum tomamos todas as realidades que nos rodeiam como um conjunto de relações, do mesmo modo a linguagem se entrelaça dessa forma, pela sua potencialidade de se relacionar, já presente na sua própria essência. Como defendeu Platão, o *ser* é potencialidade de comunicação com as demais Formas da Realidade, e como o *ser* participa de todas as Formas, pois todas elas *são*, todas estão dotadas da capacidade de empreender uma ligação com as

12 «L'être, qui échappe aussi à la chosification, devient une véritable puissance qui amène les réalités à se mélanger, et c'est grâce à ce mélange que les choses sont. C'est dans cette possibilité de communication avec d'autres réalités que chaque chose arrive à constituer son essence: toute chose est, en effet, la Même qu'elle même, et différente des autres; voilà ses limites, c'est à dire, son essence.» (Cordero, 1993, p. 25)

13 «Dire qu'une chose n'est pas, c'est dire qu'elle n'est que différente d'une autre.» (Cordero, 1993, p. 26)

14 O conceito de escalas argumentativas, elaborado por Ducrot (1980b), situa-se na primeira fase da ANL, a Forma Standard. A Forma Standard (FS) foi substituída, mais tarde, pela Forma Standard Ampliada, composta pela Teoria dos *Topoi* e pela Teoria Polifônica da Enunciação. Tanto a Forma Standard quanto a Teoria dos *Topoi* foram contestadas por ferirem princípios que orientam os estudos desenvolvidos pela Argumentação na Língua: a primeira feria o princípio da relação, ao tomar separadamente argumento e conclusão; e a segunda feria o princípio saussuriano da imanência da língua, ao inserir em seus pressupostos teóricos o conceito de *topoi*, ou princípio argumentativo, considerado como exterior à linguagem.

15 Ver também Ducrot O. Los efectos semánticos de las operaciones sintácticas. In.: Carel M, Ducrot O. La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue; 2005, no qual Ducrot aborda a gradualidade expressa pela adição de *demasiado*, *muito* e *um pouco* a expressões da língua e as explica segundo a TBS.

demais. “Digo que o que possui naturalmente uma potencialidade qualquer, seja de agir sobre qualquer outra coisa, seja de sofrer uma ação, por menor que seja e do agente mais insignificante, e ainda que uma só vez, tudo isso é um ser real” (Sofista, 247e)¹⁶ (tradução nossa)¹⁷. Para Platão, a potencialidade de se comunicar com as demais formas dá-se de dois modos, portanto, seja pela capacidade de sofrer uma ação, ou de agir sobre algo. Na linguagem, essa potencialidade não se expressa pela capacidade de agir ou sofrer ação, mas pela potencialidade de uma entidade combinar-se com outra ou de a ela se opor, seja na cadeia sintagmática, seja na cadeia paradigmática, e dessa potencialidade nasce seu valor.

Ao introduzir o *não-ser*, representado pelo *Outro*, bem como o *Mesmo*, entre as Formas já determinadas, quais sejam, o *Movimento*, o *Repouso*, e o *Ser*, Platão demonstra, finalmente, como identidade e diferença participam da natureza das coisas, fazendo-as *ser* e *não ser* ao mesmo tempo. Célebre é a citação que trazemos do *Sofista*: “E nós diremos que ela [a forma Outro] penetrou em todas as formas, especialmente porque cada uma é diferente das outras, não por sua própria natureza, mas porque ela participa da ideia do outro.” (O Sofista, 255e) (tradução nossa)¹⁸. Para Paviani (2001), a diferença, ou o que Platão chama *Outro* é aproximada à *alteridade*, e a identidade é aproximada ao *Mesmo*. Para ele, o *ser* é múltiplo, é repouso e movimento, enquanto o *não-ser* é infinito: identidade e diferença, dois princípios supremos que diferenciam as coisas umas das outras.

Com a participação do *Outro* nas Formas, encontramos não uma oposição, mas uma diferença: “a oposição da natureza de uma parte do outro e da natureza do ser, dada a contraposição das duas, não tem menos existência, se assim posso expressar-me, do que o próprio ser, pois ela não indica absolutamente o contrário do ser, porém algo diferente dele” (O Sofista, 258b) (tradução nossa)¹⁹, e ainda “quando enunciamos o não-ser, não dizemos, ao que parece, qualquer coisa contrária ao ser, mas apenas outra coisa qualquer que não o ser.” (O Sofista,

16 Usamos neste trabalho a edição francesa do *Sofista*: Platon. Sophiste – Politique – Philèbe – Timée – Critias. Édition établie par Émile Chambry. Paris: Flammarion, 1969.

17 «Je dis que ce qui possède naturellement une puissance quelconque soit d'agir sur n'importe quelle autre chose, soit de subir l'action, si petite qu'elle soit, de l'agent le plus insignifiant, et ne fût-ce qu'une seule fois, tout ce qui la possède est un être réel.» (Sofista, 247e).

18 «Et nous dirons qu'elle a pénétré dans toutes les formes car chacune en particulier est autre que les autres, non point par sa propre nature, mais parce qu'elle participe à l'idée de l'autre» (Le Sophiste, 255e).

19 «L'opposition de la nature d'une partie de l'autre et de la nature de l'être, quand ils sont opposés l'un à l'autre, n'a pas, s'il est permis de le dire, moins d'existence que l'être lui-même; car c'est n'est pas le contraire de l'être qu'elle exprime, c'est seulement autre chose que lui.» (Le Sophiste, 258b)

257b)²⁰. Portanto, em cada realidade há uma mistura de ser e de não-ser, pois cada coisa é em oposição às demais coisas que não são.

No que diz respeito ao conceito de *valor* na obra saussuriana, as características que o definem são muito semelhantes àquelas que encontramos no sentido de alteridade. Segundo Pétroff (2004, p. 192), “um valor designa alguma coisa que ele define aparentemente, mas ele é sempre o resultado de um jogo de combinações no interior do próprio sistema (...). Tudo é relativo sem que se possa jamais encontrar algo dado, ‘positivo’, tudo é negativo e diferencial” (tradução nossa)²¹.

A definição pela oposição de caráter negativo e diferencial que aparece na caracterização das formas é a transposição da forma *Outro*, ou do *não-ser* platônico para a linguagem. Se as Formas se definem basicamente pelas suas relações de identidade e diferença, em que todas são as mesmas que elas mesmas, mas diferentes das demais, ou seja, uma é o que a outra não é, na língua encontramos essas mesmas oposições. Por meio das relações no sistema, entre os signos, é que se chega à noção de valor, que é, por definição, aquilo que caracteriza o signo linguístico como uma entidade, delimitando seu caráter significativo. O valor de um signo, portanto, não é algo dado *a priori*, mas sempre o resultado da sua relação com os demais, nos dois eixos do sistema. Pétroff (2004, p. 216;168) afirma: “o valor não se acrescenta de alguma maneira ao signo enquanto unidade, ele é a unidade” e “não existe valor em si, absoluto. O que caracteriza todo o sistema de valores é que estes são definidos por sua própria coexistência” (tradução nossa)²². Segundo o CLG (1916/2006)

a ideia de valor nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte, seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da

20 «Quand nous énonçons le non-être, nous n'énonçons point, ce me semble, quelque chose de contraire à l'être, mais seulement quelque chose d'autre.» (Le Sophiste, 257b)

21 «Une valeur désigne quelque chose qu'elle définit apparemment, mais elle est toujours le résultat d'un jeu de combinaisons à l'intérieur de son propre système. (...) Tout est relatif sans qu'on puisse jamais trouver quelque chose de donné, de 'positif', tout est négatif et différentiel» (Pétroff, 2004, p. 192).

22 «La valeur ne s'ajoute pas en quelque sort au signe en tant qu'unité, c'est elle qui est l'unité.» «Il n'existe pas de valeur en soi, absolue. Ce qui caractérise donc tout système des valeurs, c'est que les valeurs sont définies par leurs coexistence même.» (Pétroff, 2004, p. 216/168)

totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra. (CLG, 1916/2006, p. 132)

Não podemos, portanto, dizer nada sobre o que uma coisa parece ser, mas apenas em que ela difere das demais, e isso é o que caracteriza a alteridade. Tal ideia está associada à caracterização do valor no signo de Saussure. Vejamos algumas passagens do CLG nas quais a definição pela diferença aparece.

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente **diferenciais**, definidos não positivamente por seus conceitos, mas **negativamente** por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é **ser o que os outros não são**. (CLG, 1916/2006, p. 136) (grifo nosso).

É evidente (...) que jamais um fragmento de língua poderá basear-se (...) noutra coisa que não seja sua **não-coincidência** com o resto. (CLG, 1916/2006, p. 137) (grifo nosso).

O que caracteriza [os elementos sonoros] não é, como se poderia crer, sua qualidade própria e positiva, mas simplesmente o fato de não se confundirem entre si. Os fonemas são, antes de tudo, entidades **opositivas, relativas e negativas** (CLG, 1916/2006, p. 138) (grifo nosso)

Na língua só existem **diferenças** (...). Na língua há apenas **diferenças** sem termos positivos. Quer se considere o significado, quer o signifiante, a língua não comporta nem ideias nem sons pré-existentes ao sistema linguístico, mas somente **diferenças conceituais e diferenças fônicas** resultantes desse sistema. O valor de um termo pode modificar-se sem que lhe toque quer no sentido, quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação. (CLG, 1916/2006, p. 139) (grifo nosso).

Com a citação dessas passagens do CLG, percebemos que termos como *oposição*, *negatividade*, *diferença* são constantes na caracterização de termos da língua, bem como na definição dos seus valores. Tais conceitos remetem abertamente a tudo o que se disse a respeito da alteridade platoniana, e nos parece evidente que negar sua participação na constituição do sistema de valores saussuriano seria descaracterizá-lo, pois tais propriedades – que fizemos questão de

destacar – estão na essência de sua definição. Eles é que são responsáveis pelo caráter sistemático que se atribui às pesquisas com bases estruturais.

Já na ANL, como consequência da adoção de um ponto de vista saussuriano, temos o reforço dos laços da imanência da língua, que a coloca no centro de uma descrição não referencial, enrobustecida pela noção de valor, segundo a qual os termos se definem mutuamente por relações. Mas isso nos leva além. Para Parmênides, o *não-ser* não existe, tese à qual Platão se opõe frontalmente e substitui por uma tese oposta, de que o *não-ser* também é, ou seja, é possível falar sobre aquilo que não existe, de realidades nem sempre “reais”, criadas por meio da linguagem. Isso tudo coloca mais uma vez em voga a ideia de que a linguagem não é referencial, pois ela pode versar sobre inúmeros aspectos da realidade e do mundo não real, do *ser* e do *não-ser*. Consequentemente, na ANL há a exclusão do sentido literal, pois, segundo Ducrot, não há um sentido pré-determinado nos termos da língua, ele apenas é determinado em parte, pela sua significação. O sentido literal é rejeitado, pois dizer de algo o que ele é seria admitir uma certa positividade, o que é contrário ao espírito do valor saussuriano, em que os termos apenas se definem pelas suas oposições negativas e suas diferenças. Nesse sentido, a definição dada por Ducrot para seu construto teórico língua, como um conjunto de frases é não-positiva, pois a significação de tais elementos é dada apenas como um conjunto de instruções ou diretrizes que orientam para qual sentido o interpretante dos enunciados deve ser guiado.

5 OS FUNDAMENTOS DA ANL: AS TEORIAS ENUNCIATIVAS, SAUSSURE E A ALTERIDADE

Junto dos aspectos saussurianos e platonianos, encontramos também, como marca de uma “teoria de ontem” na ANL, conceitos de teorias enunciativas. Apresentaremos como fundamento apenas a Teoria da Enunciação de Benveniste, no entanto, reconhecemos a participação de outras “enunciações”²³ presentes de modo mais sutil na ANL. Assim como em Saussure foi encontrada a marca do *Outro* na definição dos termos, no aspecto enunciativo também é flagrante a sua participação.

A problemática do outro é uma questão antiga. Inicialmente ligada à filosofia, ela passa a integrar os estudos da linguagem, principalmente na Linguística

23 Aqui fazemos referência especialmente a Charles Bally, que na sua teoria sobre a Estilística introduz a distinção retirada da filosofia medieval entre *dictum e modus*, aquele fazendo referência à estrutura de sentido frasal e este à atitude do sujeito diante do dito. Esses conceitos são abordados por Ducrot no capítulo chamado *Énonciation et polyphonie chez Charles Bally* em seu livro *Logique, Structure et Énonciation* (1989).

contemporânea: chega ao campo da Linguística com Saussure, em aspectos que dizem respeito à língua enquanto sistema, e nas Teorias Enunciativas, sendo tratada não mais como um *outro* relativo ao *não-ser*, a algo genérico que se opõe e constitui os elementos de um sistema de modo geral, mas como um *outro* com o qual se relaciona o sujeito falante, pois o *sujeito* passa a ser visto também como um problema de linguagem.

Para Barbisan (2006, p. 24), os aspectos linguísticos da enunciação perpassam os estudos da linguagem desde muito tempo, no entanto, foi a obra de Émile Benveniste que deu o impulso necessário para que um campo novo se abrisse nos estudos linguísticos. Benveniste pode ser considerado precursor ao afirmar que a linguagem constitui o homem e que o homem, por sua vez, estabelece sua comunicação com os demais homens através da linguagem, sendo esta também o embrião de toda a trama das relações sociais. Sua análise, portanto, observa a relação constitutiva entre homem e linguagem, e esta como fundadora da sociedade:

Nada pode ser compreendido (...) que não tenha sido reduzido à língua. Por consequência, a língua é necessariamente o instrumento para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama sociedade. (Benveniste, 1968/1989a, p. 99)

A preocupação de Benveniste com a relação *eu/outro* por meio da linguagem é o que o impulsiona a desenvolver sua teoria a respeito do *homem na língua*. Para este autor, a linguagem está no centro das relações sociais, bem como na relação *um/outro*; ela emana do sujeito e permite que exista o contato com o(s) outro(s): “nós falamos a outros que falam, tal é a realidade humana”²⁴ (Benveniste *apud* Dessons, 2006, p. 107).

No que tange à originalidade da teoria de Benveniste em relação à de Saussure, autores como Normand e Bouquet, segundo Valdir Flores (2011), em conferência ministrada na cidade de Teresina/Piauí, já a haviam colocado em questão. Não há consenso, no entanto, sobre esse tema; o que é de comum acordo é a presença das ideias saussurianas na teoria enunciativa de Benveniste. É possível ler em Benveniste marcas da teoria saussuriana do valor, o que Normand (2006, p. 72) denomina “encontro”: “Benveniste encontrou Saussure naquilo que pôde conhecer de seus escritos”²⁵. Para Flores (2011, p. 27), a teoria do valor de Saussure

²⁴ «Nous parlons à d'autres qui parlent, telle est la réalité humaine» (Benveniste *apud* Dessons, 2006:107)

²⁵ «Benveniste a rencontré Saussure dans ce qu'il a pu connaître de ses écrits. (Normand, 2006, p. 72)

teve na teoria enunciativa de Benveniste o efeito de tornar possível a união entre a repetibilidade do sistema e a singularidade da enunciação, ou, se quisermos ler de outro modo, o objeto de estudo que manifesta a união entre a língua e a fala, àquela pertencendo a repetibilidade, e a esta, à singularidade.

Em Saussure encontramos o embrião dos traços da irrepetibilidade atribuída por Benveniste à enunciação, quando ele caracteriza a fala a partir de três aspectos, quais sejam: a) combinações individuais e dependentes da vontade dos que falam; b) atos de fonação igualmente voluntários e c) suas manifestações [de fala] são individuais e momentâneas (CLG, 1916/2006, p. 27-8).

A distinção entre repetibilidade e irrepetibilidade que imprime as marcas saussurianas na teoria enunciativa de Benveniste, conforme apontou Flores (2011), também aparece em Ducrot (1987c, p. 65). Para este, é preciso distinguir o fato geral da enunciação das suas ocorrências *hic et nunc*, distinção que torna possível caracterizar a frase (construto teórico) como o repetível, e o enunciado como o irrepetível. O repetível aparece nas *instruções*, elemento componente da significação da frase, que permanece inalterado nas diferentes transformações das frases em enunciados. Estes, por sua vez, têm como constitutivas as marcas da enunciação que transformaram a língua em discurso, já que, para Ducrot, o sentido do enunciado é uma representação de sua enunciação. Nas palavras do autor, trata-se de “um ato de fala individual que se funda em um esquema geral da atividade linguística” (ibidem, p. 65). Na obra benvenistiana, o irrepetível está ligado às ocorrências particulares dos enunciados, mas a estes subjazem elementos formais como os índices de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, aos quais Benveniste denomina *aparelho formal da enunciação*²⁶. É pelo adjetivo *formal* que Benveniste coloca na língua uma série de elementos que estão à disposição do falante para que o *eu* enuncie sua posição de sujeito.

A palavra-chave para compreender as noções benvenistianas a respeito da referencialidade dos pronomes é *instância de discurso*. Ela é quem regula a plenitude dos “signos vazios” de que dispõe o sistema, e que indica a que(m) se referem os índices de pessoa, tempo e espaço, bem como os dêiticos. Por *instância de discurso*, portanto, entendemos o discurso resultante de determinada enunciação; a cada enunciação, cria-se uma nova instância dentro da qual novamente os pronomes devem ter sua referência determinada. O centro de referência da instância de discurso é o *eu*, aquele que fala, e a partir do qual se organizam todos os demais índices – tu, aqui, agora. Vê-se, portanto, que a restrição para a referenciação

26 Retomamos o artigo de Benveniste apenas para mostrar em que medida a ANL toma os conceitos da Teoria Enunciativa de Benveniste, o que, portanto, não faz dele nosso objeto de estudo propriamente.

como circunscrita ao enunciado coloca em destaque o preceito saussuriano de que a língua define-se por ela mesma, sem recurso a estruturas extralinguísticas, desta vez aliada à atividade de fala do locutor. Tais signos, denominados como vazios por Benveniste, têm como função fornecer uma classe de elementos não-referenciais em termos de realidade, sempre à disposição daquele que enunciar sua posição de locutor, tornando-se, por meio desse movimento, plenos em relação à instância de discurso a que pertencem.

Benveniste propõe em seu artigo *A natureza dos pronomes* uma nova “classificação”, se assim podemos chamar, daquilo que tradicionalmente se denomina “pronomes pessoais”. Para ele, é lícito denominar *pronomes pessoais* apenas aqueles a quem se referem as pessoas do discurso, ou seja *eu*, aquele que fala, e *tu*, aquele a quem o eu se dirige em sua enunciação. Os demais, para ele, não constituem propriamente pronomes relativos à pessoa, pois não há para eles lugar na enunciação enquanto produção de discurso, apenas enquanto produto, ao qual é atribuído o pronome *ele*.

Dessa trilogia (ou trindade, como denomina Dufour, 2000), portanto, nascem duas díades: aquela que põe em relação apenas os pronomes de pessoa *eu/ tu*, denominada por Benveniste como *correlação de subjetividade*, bem como aquela que coloca em oposição a pessoa e a não-pessoa, *eu, tu/ele*, à qual Benveniste (1956/2005f) denomina *correlação de pessoalidade*, sendo este último o elemento não marcado da correlação de pessoa, diferente do *eu* e do *tu* pela sua natureza e função. Muito mais que a correlação de pessoalidade, interessa a nós a correlação de subjetividade, que coloca em relação locutor e alocutário. Benveniste (1956/2005f, p. 275) define *eu* e *tu*: “*Eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância linguística *eu*’. Consequentemente, introduzindo-se a situação de ‘alocução’, obtém-se uma definição simétrica para *tu* como ‘indivíduo alocutado na presente instância do discurso contendo a instância linguística *tu*’” (grifos do autor).

Nessa definição, dois aspectos importantes devem ser levantados. O primeiro deles diz respeito a uma diferenciação entre indivíduo que enuncia *eu* e a instância linguística ‘eu’, bem como o *tu* alocutário e o ‘tu’ instância linguística; há uma dualidade entre o eu enunciativo e o eu discursivo, dualidade também inerente ao tu. O segundo aspecto é a inerência do *tu* ao *eu*. Tal condição fica ainda mais clara no artigo *Da subjetividade na linguagem*, no qual Benveniste afirma: “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*” (Benveniste, 1958/2005d, p. 286) (grifos do autor).

A correlação de subjetividade, portanto, nos mostra que não há a possibilidade de um eu solitário e isolado, mas que o simples movimento de o locutor enunciar-se já implanta o *outro* diante de si, que lhe é constitutivo (Benveniste,

1970/1989b). *Tu*, assim como o *outro*, é exterior ao *eu*, e como diria Platão, pertence à *região do outro*, que Benveniste chama de *eco*: aquele a quem se diz *tu* e que, pela polaridade e reversibilidade dos papéis, torna-se o eco daquele que enuncia, e também lhe dirige a palavra denominando-o *tu*. Dufour (2000) é muito preciso ao falar sobre as correlações propostas por Benveniste:

O conjunto com que lidamos aqui [eu, tu, ele] é perfeitamente fechado: há três e somente três pronomes pessoais. Este conjunto compõe uma “estrutura” de três termos: nenhum pode ser definido sem que os dois outros sejam evocados. Nesta definição, um termo *não faz surgir positivamente* o outro, mas um – qualquer um – *implica negativamente* os dois outros, de modo que três termos são o total necessário para definir, aqui, uma relação. (Dufour, 2000, p. 71-2) (grifos do autor).

As palavras de Dufour vêm ao encontro daquilo que gostaríamos de discutir, a presença negativa do *outro* na constituição do sistema de pronomes proposto por Benveniste. Vemos que a noção de alteridade perpassa, além da teoria semiológica saussuriana, também a teoria enunciativa de Benveniste, que coloca em oposição três formas linguísticas que se definem mutuamente pela sua não-coincidência, bem como pela sua inter-relação, uma vez que cada uma delas só é o que se apresenta, pois é em oposição às demais que estão ausentes.

Ducrot (2009) expõe posição semelhante, em prefácio à obra de Carlos Vogt, no qual coloca explicitamente seu ponto de vista a respeito da participação de Platão nas teorias linguísticas, quando afirma que “a língua é o lugar da inter-subjetividade, o lugar onde os indivíduos se confrontam, onde encontro *outrem*” (Ducrot, 2009, p. 12-3).

A veia de entrada da Teoria Enunciativa de Benveniste na ANL é o fato de considerar que toda e qualquer manifestação linguística é produto da atividade de fala de um locutor que, por sua vez, dirige-se a um interlocutor. Essas figuras são essenciais na ANL, pois, além de não haver a possibilidade de língua em uso sem a presença desses elementos, o sentido construído pelo uso da língua é fruto da posição adotada pelo locutor sobre aquilo de que fala.

Para Ducrot, a enunciação têm três acepções: a primeira delas caracteriza-se por ser a atividade psicofisiológica envolvida na produção do enunciado. A segunda, o produto da atividade do sujeito falante, que é o próprio enunciado. A terceira, e a considerada pelo autor como adequada à descrição semântica que pretende realizar, é o acontecimento histórico que constitui o aparecimento do enunciado. Sendo assim, a enunciação é um acontecimento que culmina no surgimento do

enunciado, ou seja, há um momento em que o enunciado ainda não existe, e outro em que ele não existe mais. Esse intervalo de tempo é a enunciação.

Assim, embora o objeto de análise não seja a enunciação em si, mas o seu produto, Ducrot considera inseparáveis *enunciação* e *enunciado*, pois considera que “o sentido do enunciado é uma descrição, uma representação que ele traz da sua enunciação, uma imagem do evento histórico constituído pela aparição do enunciado” (Ducrot, 1980a, p. 34) (tradução nossa)²⁷. Todo enunciado deve fazer alusão a sua enunciação, pois esta é determinante na explicação do sentido construído pelo locutor. Portanto, considerar o enunciado como o espelho de sua própria enunciação é, antes de tudo, admitir que ele se apresenta como produzido por um locutor, que por sua vez, endereça sua enunciação a um interlocutor.

A conjugação dos aspectos saussurianos e benvenistianos na ANL aparecem nos conceitos criados por Ducrot e seus colaboradores. Fazendo alusão ao que seria repetível e irrepetível em Benveniste, as frases da língua, na ANL, constituem o repetível, pois mantêm uma significação constante e presente através dos mais diferentes usos que delas se faz. Isso porque o valor semântico de uma frase é dado pela sua *significação*, conceito que visa a *explicar* as ocorrências dos enunciados. Ela, *por sua vez*, está composta por *instruções* ou diretrizes que indicam qual trabalho deve ser realizado pelo interpretante do enunciado para se chegar ao seu valor semântico – ao seu sentido, e aproxima-se daquilo que metodologicamente Saussure definiu como *língua*.

A significação de um enunciado é para mim um objeto teórico: o que justifica recorrer a ela é seu valor explicativo, o fato de que ela torna possível uma certa regularidade, uma certa sistematicidade, na previsão do sentido das enunciações [enunciados]. (Ducrot, 1992, p. 228)

“significação”, ou ainda “sentido literal”, (...) não poderia ser confundido com o “objeto real”. Trata-se exatamente de um “objeto de conhecimento”, ou “objeto teórico.” (Ducrot, 1992, p. 233)

Nas instruções, portanto, devem estar contidos diferentes aspectos de ordem linguística e enunciativa, como indicações de combinação entre palavras (com quais *outros* é possível estabelecer *comunicação*, usando a terminologia

27 «Le sens de l'énoncé, c'est, por moi, une description, une représentation qu'il apporte de son énonciation, une image de l'événement historique constitué par l'apparition de l'énoncé.» (Ducrot, 1980, p. 34)

platoniana, ou em termos teóricos da ANL, sua *orientação argumentativa*), indicações de que essa frase será convertida em discurso e passará a apresentar referências específicas com relação à enunciação (seu locutor, interlocutor, as marcas temporais e situacionais), bem como indicações de relação com outros discursos, seja no nível horizontal, quando é encadeada com outros discursos pelo uso de *portanto* e *no entanto*, seja no nível vertical, no qual encontramos relação com outros discursos virtuais, a *polifonia*. Portanto, a significação da frase é aberta, e será transformada em sentido no domínio do observável, do qual fará parte a situação discursiva em que o enunciado foi produzido.

Chegar à instrução de uma frase ou de uma palavra significa, portanto, observar seu comportamento em inúmeros enunciados. A partir dessa observação, constrói-se uma regra aberta, que sempre e unicamente fará alusão ao emprego da língua. A instrução é a ponte que une o sistema linguístico e a fala, unidas por meio da instrução. Como afirma o próprio autor,

a pesquisa estrutural em semântica linguística (...) consistiria em tomar como domínio de estudos, como campo empírico, o conjunto de enunciados [frases]²⁸ de uma língua e definir cada um deles, do ponto de vista semântico, a partir das suas relações de co-ocorrência com outros nos discursos reais de que essa língua é o meio. A significação de um enunciado [frase], aos olhos da linguística, consistiria, então, numa espécie de representação condensada das associações de que ele é suscetível no uso. (Ducrot, 1987c, p. 69)

Além da repetibilidade e irrepetibilidade previstas por Benveniste em sua Teoria da Enunciação, aspectos relativos à atividade de fala do *eu* também aparecem na ANL: é a Teoria Polifônica da Enunciação (TAP). Tal concepção enunciativa do discurso tem importância na medida em que “sempre que se fala se fala de sua fala” (Ducrot, 1980a, p. 40) (tradução nossa)²⁹, ou seja, o dito denuncia o dizer. A TAP tem por objetivo incorporar às suas explicações sobre o uso da língua “algumas pistas para a descrição de certos fenômenos que mostram alusões do enunciado a enunciações diferentes da sua” (Carel; Ducrot, 2010, p.

28 Ao longo da obra de Ducrot, alguns conceitos passaram por mudanças, especialmente em relação à sua denominação. Um deles é o conceito de frase, que na data em que o artigo do qual tiramos essa citação foi escrito, Ducrot, em muitas passagens, a tomava por sinônimo de enunciado. No entanto, fazemos a correção entre colchetes para nos mantermos fiéis ao texto original sem que haja prejuízo conceitual para nosso trabalho.

29 “Dès qu’on parle, on parle de sa parole.” (Ducrot, 1980a, p. 40)

9) e opor-se à ideia de unicidade do sujeito falante, na medida em que prevê o desdobramento do sujeito falante em três funções distintas: a de sujeito empírico, a de locutor e a de enunciador (mais recentemente substituído por Carel e Ducrot (2010) pelo conceito de Pessoa). Sinteticamente, o sujeito empírico representa o ser no mundo, sobre quem os autores não desenvolvem sua teoria; já o locutor é definido como o ser responsável pelo enunciado, ou seja, um ser de fala estritamente linguístico; e, por fim, o enunciador é um ser virtual, origem de pontos de vista, com quem o locutor se relaciona através das atitudes e das assimilações.³⁰

A TAP vem oferecer as ferramentas e conceitos necessários à explicação de um sentido que não se limite a ver a língua fora da situação enunciativa. Ao contrário, ela vem integrar às pesquisas semânticas traços fundamentais para uma análise de língua em uso: o fato de que ela é fruto de uma enunciação, e de que é possível reconhecer no conteúdo de um enunciado uma pluralidade de vozes, garantidas por diferentes pessoas.

Para Ducrot, a polifonia é apresentada como uma espécie de diálogo cristalizado, uma análise vertical que “atribui a cada um dos componentes uma autonomia enunciativa: cada um constitui a significação de um discurso possível” (Ducrot, 2005, p. 18). Se admitirmos que o sentido do enunciado é um reflexo da sua enunciação, precisamos admitir também que não são as informações que ele comunica acerca do mundo que rodeia o locutor que o constituem semanticamente. O sentido descrito como um espelho da sua enunciação revela esse acontecimento particular da língua, pois a enunciação também é a transformação da língua em discurso pela atividade de fala do locutor que, por meio da sua palavra, dá a conhecer outros discursos que lhe são constitutivos. Esse fato é consequência de um princípio geral que diz respeito a toda linguagem e a distingue do raciocínio lógico: o pensamento do outro está presente no meu, e sua separação total é impossível de ser realizada.

É também na polifonia que aparece o caráter constitutivo da alteridade: fazendo o outro se expressar, nós próprios nos expressamos. Tal papel constitutivo da alteridade não se limita às relações na linguagem, mas diz respeito também às relações enunciativas, que compreendem, além do *locutor* e do *alocutário*, seres que Ducrot e Carel (2010) denominam *Pessoas*, também implicados na construção do sentido.

Benveniste, por meio de sua Teoria da Enunciação, traz para os estudos linguísticos um dos elementos excluídos por Saussure na determinação do objeto de estudo em Linguística: a questão do sujeito. Não se trata aqui de um sujeito

³⁰ Para maiores detalhes sobre a Teoria da Polifonia, consultar Ducrot (1987b), Carel e Ducrot (2008); Carel e Ducrot (2010); Carel (2011).

social ou psicológico, mas de um sujeito linguístico, que surge na e pela enunciação. Tal sujeito, o locutor, traz consigo um segundo elemento: aquele a quem se dirige, o alocutário. A presença desses dois seres de linguagem influencia, na ANL, não apenas o desenvolvimento de uma veia analítica – a TAP – mas também a determinação da concepção de linguagem que caracteriza seus estudos: o fato de esta ser essencialmente intersubjetiva. A argumentação, para Ducrot, define-se como um ponto de vista em relação àquilo de que se fala, sendo o mundo tomado como tema para debate entre interlocutores. Mas não é apenas nesse aspecto que a herança benvenistiana surge na ANL: como dissemos, a Teoria Polifônica da Enunciação baseia sua análise no fato de, em um enunciado, através da enunciação, manifestarem-se, além das *Pessoas* (aquilo que Ducrot (1987b) denomina enunciadore), seres indispensáveis ao surgimento do enunciado: locutor e alocutário. Há entre Ducrot e Benveniste uma diferença de objeto de estudo, uma vez que este elege o dizer e aquele, o dito. Ducrot, entretanto, amalgama o dizer no dito ao admitir que o sentido do enunciado é uma descrição da sua enunciação, uma vez que o enunciado faz referência ao ato que o produziu.

6 PARA FINALIZAR...

Neste artigo, buscamos discutir as relações existentes entre as obras de quatro importantes teóricos, um deles da Filosofia e três da Linguística: Platão, Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Podemos resumir as principais conclusões a que chegamos com esta breve discussão, iniciando pela presença de conceitos da obra saussuriana na ANL, como a distinção entre *língua* e *fala* e, principalmente, a noção de *valor*. A distinção entre língua e fala aparece em Ducrot na caracterização do construto teórico língua, como um conjunto de frases, e na caracterização dos observáveis, os enunciados, sem que a esses dois domínios seja atribuída uma cisão de fato, apenas uma distinção de natureza metodológica; já a noção saussuriana de valor aparece principalmente no fato de a ANL caracterizar o sentido dos enunciados em relação a discursos que podem ser evocados a partir deles, sem relação com elementos extralinguísticos. Vimos, ainda, que o conceito de alteridade, introduzido pela obra *O Sofista*, de Platão, orienta a caracterização dos signos linguísticos em Saussure, através da noção de valor, como elementos organizados por um sistema que lhes confere um caráter diferencial e opositivo. Além disso, a inserção no quadro da ANL de um elemento fundamental, o sujeito, herança do trabalho de Émile Benveniste, traz para os estudos semântico-enunciativos propostos por Ducrot e seus colaboradores a vertente enunciativa da linguagem: não há discurso sem as figuras que lhe dão

existência – locutor e alocutário – além, é claro, de um processo que transforme a língua em discurso e que nele deixe suas marcas: a enunciação.

Ducrot (1989, p. 5) afirma: “para se tornar, ao menos um pouco, consciente dela mesma, uma pesquisa sobre a linguagem deve sempre, me parece, vir acompanhada de uma reflexão sobre a tradição linguística. De outro modo, não saberemos mais do que falamos” (tradução nossa)³¹. Motivados por essa afirmação, trouxemos nossas reflexões para estas páginas e esperamos ter concretizado nosso objetivo de realizar uma discussão epistemológica sobre a Teoria da Argumentação na Língua, que pode ser encontrada, de modo pulverizado e com diferentes enfoques, em algumas obras de Ducrot e em teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-graduação no Brasil.

Tomamos a figura de Rorig (2012, p. 32) para ilustrar as relações entre as “teorias de ontem” que constituem a ANL. Ela demonstra sucessão das teorias na forma de espiral, em que uma se constitui como a continuidade e a mescla com/de outras:

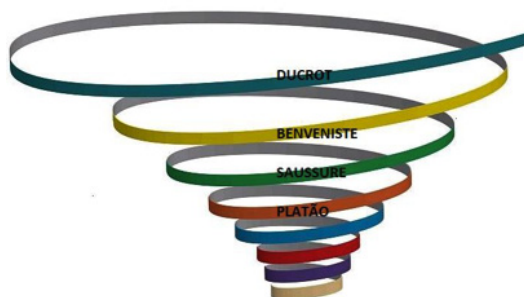


Figura 1. Intersecções teóricas

Fonte: Rorig (2012, p. 32)

Pensamos que a reflexão sobre as bases do modelo teórico que escolhemos para nossas pesquisas linguísticas é importante na medida em que orienta o modo como os dados linguísticos serão analisados, pois nossos fatos não são observados senão através das teorias já existentes. O percurso que realizamos, e esperamos tê-lo feito do modo mais claro possível, privilegiou, ao longo de todo o trabalho, a interlocução entre os conceitos desses diferentes teóricos, o que pode ter exigido do leitor atenção redobrada, esforço que esperamos ter sido recompensado pela

31 «Pour devenir, au moins un peu, consciente d'elle-même, une recherche linguistique doit toujours, me semble-t-il, s'accompagner 'une réflexion sur la tradition linguistique. Autrement, on ne sait plus tu tout de quoi on parle.» (Ducrot, 1989, p. 5)

discussão que aqui oferecemos. Se falar é oferecer uma apreensão argumentativa da realidade, nosso ponto de vista acerca das teorias de ontem assim se oferece.

REFERÊNCIAS

Abbagnano N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes; 2000.

Badir S. Saussure: la langue et sa représentation. Paris: l'Harmattan; 2001.

Barbisan LB. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. 2006;33:23-35.

Benveniste E. Tendências recentes em linguística geral (1954). In: Benveniste E. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes Editores; 2005a.

Benveniste E. “Estrutura” em linguística (1962). In: Benveniste E. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes Editores; 2005b.

Benveniste E. Saussure após meio século (1963). In: Benveniste E. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes Editores; 2005c.

Benveniste E. Da subjetividade na linguagem (1958). In: Benveniste E. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes Editores; 2005d.

Benveniste E. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963). In: Benveniste E. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes Editores; 2005e.

Benveniste E. A natureza dos pronomes (1956). In: Benveniste E. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes Editores; 2005f.

Benveniste E. Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968). In: Benveniste E. Problemas de Linguística Geral II. Campinas: Pontes Editores; 1989a.

Bouquet S. Introdução à leitura de Saussure. São Paulo: Cultrix; 2000.

Carel M. Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue [tese de doutorado]. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales; 1992.

Carel M, Ducrot O. La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue; 2005.

Carel M, Ducrot O. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. Letras de Hoje. 2008;43(1):7-18.

Carel M, Ducrot O. Atualização da polifonia. Desenredo. 2010; 6(1):9-21.

Carel M. Polifonia e argumentação. Desenredo. 2010;6(1):22-36.

Carel M. La polyphonie linguistique. Transposition; musique et sciences sociales. Paris: EHESS, n. 1, 2011. <<http://transposition-revue.org/les-numeros/polyphonie-et-societe/article/la-polyphonie-linguistique>>.

Chambry E. Notice sur le Sophiste. In: Platon. Sophiste – Politique – Philèbe – Timée – Critias. Paris: Flammarion; 1969.

Cordero N. Introduction. In: PLATON, Le sophiste. Paris: Flammarion; 1993.

Culler J. As ideias de Saussure. São Paulo: Cultrix; 1979.

Dall'cortivo C. O estudo da suposição no quadro da teoria dos blocos semânticos [tese de doutorado]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2013.

Dessons G. Émile Benveniste, l'invention du discours. Paris: InPress; 2006.

Dosse F. História do Estruturalismo: o campo do signo. v.1. Bauru, SP: EDUSC; 2007a.

Dosse F. Benveniste: a exceção francesa. In: Dosse F. História do Estruturalismo: O canto do cisne. v2. Bauru: EDUSC; 2007b.

Ducrot O. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In: Ducrot O et al. Les mots du discours. Paris:Minuit; 1980a.

Ducrot O. Les échelles argumentatives (1973). Paris: Minuit; 1980b.

Ducrot O. A descrição semântica em linguística (1973). In: Ducrot O. O dizer e o dito (1984). Campinas:Pontes; 1987a.

Ducrot O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: Ducrot O. O dizer e o dito (1984). Campinas: Pontes; 1987b.

Ducrot O. Estruturalismo, enunciação e semântica (1978). In: Ducrot O. O dizer e o dito (1984). Campinas: Pontes; 1987c.

Ducrot O. Avant-propos. In: Ducrot O. Logique, Structure, Énonciation. Paris: Minuit; 1989.

Ducrot O. Polifonía y argumentación: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Feriva; 1990.

Ducrot O. Nota sobre a pressuposição e o sentido literal. In: Henry P. A ferramenta imperfeita (1977). Campinas, SP: Editora da Unicamp; 1992.

Ducrot O. Os *Topoi* na Teoria da Argumentação na Língua. Revista Brasileira de Letras. 1999;1(1).

Ducrot, O, Shaeffer, JM. Nouveau Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage. Seuil: Paris, 1995.

Ducrot O. Los efectos semánticos de las operaciones sintácticas. In: Carel M, Ducrot O. La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue; 2005.

Ducrot O. Prefácio. In: Vogt C. O intervalo semântico. 2 ed. São Paulo/Campinas: Ateliê Editorial/Editora Unicamp; 2009.

Ducrot O. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: Nouveaux regards sur Saussure. *Mélanges offerts à René Amacker*. Édité par Louis Saussure. Genève: Librairie Droz; 2006.

Flores V. Saussure e Benveniste: da teoria do valor à teoria do *Homem na Língua*. In: Ferreira Lima M et al. Colóquios Linguísticos e Literários: Enfoques Epistemológicos, Metodológicos e Descritivos. Teresina: EDUFPI; 2011. p. 13-30.

Heronides M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. DELTA. 1998;14(1):169-183.

Paviani J. Filosofia e método em Platão. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2001.

Pétróff A. Saussure: la langue, l'ordre et le désordre. Paris: l'Harmattan; 2004.

Platon. Sophiste – Politique – Philèbe – Timée – Critias. Édition établie par Émile Chambry. Paris: Flammarion; 1969.

Rorig C. Uma marca da alteridade na linguagem: a pergunta sob um olhar semântico -argumentativo [tese de doutorado]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2012.

Saussure F. Note sur le discours. In: Saussure F. Écrits de linguistique général. Texte établi et édité par Simon Bouquet et Rudolf Engler. Paris: Gallimard; 2002.

Saussure F. Cours de Linguistique Général. Introduction, notes et commentaires de Tulio de Mauro. Paris: Payot; 2005.

Saussure F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix; 2006.

Recebido em: 03/09/14

Aprovado em: 20/10/14